



**PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DA COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO AO
PROJETO DE LEI Nº 105/2024 QUE
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL ESPECIAL À LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL, LEI Nº 5.407,
DE 10 DE JANEIRO DE 2024, PARA FINS
DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS
PREVISTOS NA LEI Nº 14.399, DE 8 DE
JULHO DE 2022, QUE INSTITUI A
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE
FOMENTO À CULTURA, DE AUTORIA
DO PODER EXECUTIVO.**

1. RELATÓRIO

Foi encaminhada para análise e parecer a presente proposição que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento municipal vigente, no valor de R\$1.787.957,16 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos).

O Projeto de Lei nº 105/2024 veio devidamente acompanhado de sua justificativa. A matéria foi encaminhada para parecer jurídico prévio à Procuradoria Geral Legislativa, recebendo parecer favorável. Entendeu-se por bem, em prol da celeridade, realizar análise de forma conjunta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento.

É o breve relatório.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

2. VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, nos termos do art. 77, inciso I do Regimento Interno da Câmara Municipal.

O projeto de lei visa promover adequação orçamentária à Lei Orçamentária Anual com vistas à abertura de crédito especial para recebimento dos recursos da União oriundos da Lei Complementar nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

Em justificativa, o autor da matéria expõe que a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB é baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura. Além disso, As ações executadas por meio da referida Lei serão realizadas em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, conforme disposto no art. 216-A da Constituição Federal, notadamente em relação à pactuação entre os entes da Federação e a sociedade civil no processo de gestão dos recursos oriundos da Lei.

O Projeto cuida de matéria de predominante interesse local, sobre a qual cabe ao Município legislar. Com efeito, a Constituição Federal de 1988 atribuiu competência aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inciso I), bem como a Lei Orgânica prevê tal competência legislativa:

Lei Orgânica de Parauapebas:

Art. 8º. Ao Município de Parauapebas compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos moldes do artigo 77 do Regimento Interno desta Casa de Leis,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

observa-se que a técnica legislativa e a observância estrita do procedimento legal outorgam à proposição em comento a necessária regularidade. Outrossim, também

restou demonstrada a constitucionalidade e a legalidade do texto, bem como sua pertinência gramatical e lógica.

Verifica-se que o Projeto trata de uma única matéria, obedecendo aos ditames do art. 7º, inciso I da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que compete à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, verifica-se a ausência de impacto orçamentário-financeiro nos cofres públicos municipais, já que se trata de transferência de recursos financeiros realiza pela União. Para fins de execução das ações previstas na PNAB, a União descentralizou ao município de Parauapebas - PA o valor de R\$1.787.957,16 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), valor este que deve ser adicionado à Lei Orçamentária Anual vigente como crédito adicional especial.

Dessa forma, verifica-se que a proposição foi elaborada de acordo com a legislação vigente, especialmente no que se refere às normas de direito financeiro (Lei nº 4.320/64), guardando a matéria compatibilidade com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, nos moldes do artigo 78 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a proposição atende aos preceitos legais, atendendo a conveniência e a oportunidade.

Ante o exposto, **voto favoravelmente** à apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 105/2024, de autoria do Poder Executivo, por ser juridicamente viável.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2024.



Leonardo da Silva Mendes
Relator



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES

As Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, em reunião de 17 de junho de 2024, **VOTAM PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 105/2024**, pelas razões expostas pelo Relator.

Estiveram presentes os (as) Senhores (as) Vereadores (as) que assinam o presente Parecer.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2024.



Elias Ferreira de Almeida Filho

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Elvis Silva Cruz

Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Luiz Alberto Moreira Castilho

Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO



Leonardo da Silva Mendes

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Eliene Soares Sousa

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



Francisco Eloecio Silva Lima

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento